

PLANEJAMENTO NA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL MODERNO(*)

(**) Darc Costa

As Idéias e o Planejamento

Cabe-nos, inicialmente, apresentar algumas breves considerações sobre as questões que cercam o campo das idéias. Desde que o homem existe para ele se colocou a necessidade de realizar a cooptação da natureza para a sua sobrevivência. A forma primitiva com que o homem realizou a cooptação foi o trabalho, ou seja, o resultado da interação física do seu corpo com a natureza e que é, na verdade, o que consideramos aqui, nesta exposição, como a primeira mediação.

Desde que o homem se libertou, por alguns momentos, da sua luta implacável pela própria sobrevivência, do trabalho necessário para continuar vivendo, as questões centrais de sua existência, digamos primeiras, a ele se colocaram: Qual a origem de tudo e de sua existência? Quem conduz o processo, o homem ou a natureza?

Questões que ainda permanecem, e que permanecendo, mantêm aberto aos homens o caminho da filosofia. Desde o início deste questionamento, a primeira destas questões teve no Absoluto uma explicação dogmática, o que fortalecia a segunda, pois transferia para o homem ou para a natureza a representação desse Absoluto. A partir de então, duas correntes se formaram: a dos que viam no homem o representante do Absoluto na condução do processo e a outra, daqueles que viam a natureza com esta função.

É pelo Absoluto que se dá a primeira grande ruptura no campo das idéias, que é a idéia trazida pela visão cristã de mundo, da igualdade de todos os homens perante Deus. Antes da vinda de Cristo, os homens eram, irremediavelmente, divididos. Exemplos claros deste posicionamento eram as atitudes tanto dos hebreus, que se colocavam como povo eleito, quanto dos gregos, que viam nos estrangeiros não homens, mas sim bárbaros(Como pombos - os estrangeiros- poderiam viver em um ninho de águias- a “pólis“ grega- a não ser como escravos?). A visão cristã de mundo rompia com a divisão entre os homens e criava a unidade horizontal do gênero, ao colocar a igualdade de todos os homens vivos, perante o Absoluto.

Contudo, a visão cristã deteve, também, o avanço das idéias. A prevalência da adoração do Absoluto, que dominou toda a Idade Média foi como um congelamento, que se expressava por uma visão de mundo, a visão milenarista. Esta visão afirmava que a humanidade avançava por saltos sucessivos que nos elevavam de estágio, sendo que a passagem de um estágio a outro resultava exclusivamente de um milagre. O homem, dentro desta visão, havia descoberto o fogo por um milagre. O uso do bronze por outro milagre. O ferro idem. A roda também. E de milagre em milagre, o homem chegaria ao “Millenium”, retornaria ao Paraíso, como constava no Livro do Apocalipse. Tudo conduzia a resignação, pois neste mundo de verdades postas exclusivamente por milagres, nada cabia ao homem fazer.

O Renascimento, a época dos descobrimentos e início da chamada modernidade, materializou várias modificações na estruturação das questões primitivas. O Renascimento alterou a maneira milenarista de pensar tirando o Absoluto e colocando o homem no centro de tudo, trazendo aqueles que chamamos de matemáticos filósofos e que iniciaram uma grande transformação no campo das idéias, admitindo a ciência como uma nova forma de mediação e, portanto, de cooptação pelo homem da natureza. Sofisticava-se, também, no Renascimento a dualidade posta entre o homem e a natureza, colocando-a, naquela época, como uma questão transfigurada: a dos que creditavam mais que ao homem, à sua ordem racional a condução do processo, e a daqueles que a creditavam mais que a natureza, à sua lei natural.

A ordem racional resultava da elaboração construtiva do que nomeamos de matemáticos filósofos, indivíduos que lidando com a ordem na sua forma mais lógica, a ordem numérica,

verificaram que o Universo, a natureza, eram uma desordem, e onde o homem, conduzindo a marcha do processo de civilização, impunha, progressivamente, a sua ordem. Destes, alguns merecem destaque neste trabalho. O primeiro é Descartes, que foi o primeiro pensador a organizar explicitamente a razão e a demonstrar que a linguagem numérica era uma forma de dar à natureza uma descrição naturalmente satisfatória. Outro muito importante foi Leibnitz, autor do Discurso à Metafísica. Mas, concedemos menção especial a Pascal, autor de Pensamentos e de Fragmento de um Tratado do Vácuo. Pascal, explicitou claramente um novo antropocentrismo - ele colocava o homem, de novo, no centro dos processos, mas, agora, como um conjunto de contradições-. Do filósofo, selecionamos este trecho que retrata sua ênfase na colocação do homem como o centro de tudo:

“O homem é apenas um caniço, o mais fraco da natureza, mas é um caniço que pensa, um caniço pensante. Não é preciso armar-se o universo para o esmagar. Um sopro uma gota de água, chegam para o matar. Mas, estivesse o universo para o esmagar, o homem ainda seria mais nobre do que aquilo que o mata, porque sabe que morre e sabe a vantagem que o universo tem sobre ele, o universo não sabe nada disso”. Em Pensamentos

É deste filósofo também esta colocação:

“Toda a seqüência de homens, durante o curso de tantos séculos, deve ser considerada como um mesmo homem que subsiste e aprende sempre” Em Fragmento de um Tratado do Vácuo.

Pascal, portanto, revolucionou o campo das idéias, ao propor a unidade vertical do gênero humano, ao colocar que todos os homens, ao longo de todos os séculos, são o mesmo homem que subsiste e aprende sempre. Ao fazê-lo, fazia a integração vertical de todos os homens: dos mortos, dos vivos e dos a viver. Provocou uma ruptura que levou ao avanço no campo filosófico.

O predomínio da razão rompe com o milenarismo e coloca a ciência como uma nova mediação entre o homem e a natureza.

Contudo, a ciência utilizada como instrumento que demonstrava a supremacia do homem na condução do processo, sofreu várias contestações no campo das idéias, que fugiam à simples visão da já referida lei natural, mas que de certa forma a apoiavam, dentre as quais destacamos as contestações de Kant. Este filósofo buscava suplantar numa única posição, tanto o materialismo de Descartes quanto o idealismo integral de Berkeley, na explicação do conhecimento humano e concluiu, em sua análise, que as ciências só atingiam a superfície das coisas: os fenômenos; já a realidade, ou seja, a própria essência das coisas, escapava-lhes. Para ele, o pensamento humano era impotente para conhecer a coisa em si.

Entretanto, o maior filósofo dos tempos modernos, Hegel, recusou-se a ficar por aí. Estabeleceu que para ultrapassar a visão kantiana da impotência é necessário entender e aceitar que o pensamento humano é capaz de ultrapassar as contradições que lhe são apresentadas pelas ciências exatas e pelo simples bom senso. Para tanto, fazia-se mister não considerar o princípio da contradição como princípio supremo da lógica. Precisava-se ir além e para ultrapassá-lo devia-se ter a certeza da idéia de que o mundo é na realidade e em essência uma unidade entre contrários. Acompanhando a idéia desta unidade entre contrários, Hegel traz outra, que é a da permanente existência, em todos os processos- inclusive naqueles em que está o homem - de um contraditório, que se expressa através de uma tese e de uma antítese, posições estas que se digladiam em um equilíbrio instável, até que se processa uma ruptura, dando origem a uma síntese, que será uma nova tese e que buscará sua antítese. O mundo é em essência e na realidade uma unidade entre contrários.

A colocação que Hegel faz de uma permanente dinâmica e evolução em todos os processos conduz à certeza de que cada dia traz em si um período novo. Esta visão ganha curso universal e seu sistema de pensar estrutura as bases da modernidade filosófica. A filosofia ocidental com Hegel se articula em um sistema e se impõe dominante e definitivamente a outras formas de ver o mundo.

Selecionei algumas palavras do filósofo presentes em seus textos e que valem para todas as épocas:

“A única idéia que a filosofia traz é esta idéia simples: a razão governa o mundo, e por conseqüência, a História Universal é racional” Em Lições sobre a História da Filosofia.

“O filósofo tem que se preocupar com a idéia que se reflete na História Universal. Cansada das agitações suscitadas pelas paixões imediatas na realidade a Filosofia se liberta delas para se entregar à contemplação” Em Fenomenologia do Espírito.

“De resto não é difícil ver que a nossa época é um tempo de transição e gestação para um período novo. O desabamento desse mundo é indicado apenas por fenômenos esporádicos; a frivolidade e o tédio que invadem o que ainda subsiste, o pressentimento vago de um desconhecido, são os sinais anunciadores de alguma coisa diferente que está em marcha. Esse esboroamento contínuo - que não alterava a fisionomia do todo sempre - é, bruscamente, interrompida pelo nascer do sol, que num clarão desenha de uma só vez, a forma de um mundo novo” Em Fenomenologia do Espírito.

A prevalência da razão e o iluminismo trouxeram consigo uma nova mediação, a ciência. No século XIX, a cooptação da natureza não se fazia mais só pelo trabalho, mas pelo trabalho e pela ciência.

As Idéias e o Estado Nacional

Aproveitemos a filosofia, reconstruindo nosso pensamento em busca do fato do Estado Moderno. Caminhemos pela totalidade com a idéia das dualidades proposta por Hegel.

A base de tudo é o homem, a sua visão de mundo e a sociedade que cria. O homem e a sociedade humana permitem explicar a civilização, assim como se pode explicar porque Atenas, ou Esparta colocava o seu mundo na Grécia, Roma colocava o seu mundo no Mar Mediterrâneo, ou porque se chegou a uma época em que o mundo está colocado no planeta Terra. O entendimento deste pressuposto tende a restabelecer, de forma estranha e paradoxal, o mundo de Ptolomeu. A Terra sabe-se, não é mais, conceitualmente, na astronomia, como foi por longo tempo, o centro do Universo. Os astros não giram em torno da Terra e isto foi provado por Copérnico, há quatro séculos. Entretanto, cada vez mais, nos últimos quatro séculos, a Terra, em sua totalidade, tem sido ocupada pelas mesmas questões e tem sido arrebatada pelas mesmas idéias. E de idéias que, em seu interior, carregam o processo da civilização. Na verdade, a Terra tem sido, cada vez mais, o centro de tudo, ao ser progressivamente ocupada pela civilização.

Por isto a Terra tem-se transformado, crescentemente, em um campo de luta, em que se digladiam, de um lado, a intransigência, e suas aliadas: o mercado e a desordem natural; e de outro lado a razão e suas forças principais: o planejamento e a ordem construída. Este é o fenômeno. É a civilização.

Diferentemente, do que tem sido propagada a prevalência das mesmas teses no mesmo espaço e a sua luta têm explicitado, crescentemente, as dualidades primitivas das sociedades humanas: a do centro com a periferia, e a da barbárie com a cultura.

Esta é a verdadeira explicação porque a disputa desse espaço, que é finito, que é limitado, tem sido feita, nos últimos quatrocentos anos, com muito maior vigor e rapidez, pelas partes que compõe o todo.

Entretanto, chegar-se a este estágio no processo da civilização requereu um permanente embate do homem com o universo. A conquista, é preciso lembrar, é uma ação de cooptação. Mas também é a afirmação de uma dominação. Há uma tese original - o homem - mas, também, há a sua antítese - o universo. Um para o outro.

A mediação entre esses contrários foi, até a época das luzes, como colocamos, o trabalho. Com as luzes como também colocamos: o trabalho e a ciência. Contudo, as contradições permanecem intocadas. Nem o trabalho, nem a ciência desvelaram o ignoto. As perguntas iniciais permanecem sem respostas. Entretanto, é inegável que o homem se aproximou do Absoluto, desde que se levantou sobre as patas posteriores e andou em alguma planície deste, na

época, para ele, imenso planeta. E isto se tornou possível porque assumiu a posição de ordenador de seu contraditório: a natureza - materialização primeira do universo. O homem desde que racionalizou, se inconformou. E desde que se inconformou, defrontou-se com a intransigência.

Ao iniciar-se o século XIX, esta questão primitiva havia se transformado em uma dualidade mais elaborada e que opunha a ordem racional à lei natural. A ordem racional resultava, tanto da capacidade demonstrada pelos pensadores franceses, em especial por Descartes, de dar a natureza, com os números, uma descrição intelectualmente satisfatória, como da posição presente na escola filosófica alemã, em especial em Hegel, ao ver no homem, no seu espírito e na sua razão, o demiurgo da civilização e do progresso. Já de outro lado, toda a formulação inglesa, algo que embasou a economia clássica, se apoiava na impossibilidade humana, algo claramente representado no pressuposto conhecido como a lei natural.

A questão original da possibilidade ou da impossibilidade do homem, presentes, respectivamente, na ordem racional e na lei natural, se transferiu para a idéia de mercado que, hoje, nos é colocada.

O mercado é concebido como o espaço onde se realizam todos os processos econômicos. Todavia, mercado sob a ótica lei natural é um, sob a visão da ordem racional é outro.

Há, portanto, duas diferentes visões do mercado:

Sob a lei natural o mercado repudia a intervenção superior externa, pois o próprio choque de interesses, que ocorre em seu interior, o organiza. Há, de acordo com esta visão, uma mão invisível que tudo ajusta, tudo coloca no seu devido lugar. Não existe uma ordem humana estabelecida no mercado, existe sim, uma organização que se processa com o devido e não tem nenhum compromisso com o devir, senão o que é natural. Sob a égide da lei natural, o mercado privilegia o consumidor e coloca como objetivo final de todo o processo econômico o consumo.

Já sob a ordem racional, a idéia de mercado é uma idéia estruturada. O mercado é algo que se organiza, se estrutura. O mercado é, para os que advogam a necessidade de uma ordem racional, resultado da intervenção. O espaço pode ser delimitado. O homem deve intervir. As transações econômicas podem ser previstas. Há, de acordo com esta visão, a possibilidade de se impor uma utilização racional aos fatores de produção; de se impor uma ordem racional pela adoção de sucessivas intervenções. Sob a égide da ordem racional o mercado deve privilegiar a cidadania e deve colocar a produção como objetivo final de todo o processo econômico.

A estratégia só tem sentido, como instrumento de desenvolvimento, sob a ordem racional. A estratégia se subordina à tese filosófica que o homem representa o Absoluto. A estratégia em economia é a prova da possibilidade do homem.

As razões desta aproximação com o Absoluto são várias. Uma, no entanto, é unânime, em todos os pensadores que discutem o progresso humano: a vida social e a sua acompanhante permanente, a vida política. E estas têm, como sua última criatura, o Estado Nacional.

A idéia de Estado Nacional é um pensamento muito elaborado. Seu entendimento pressupõe o caminhar por uma linha ininterrupta de idéias, através do espaço e do tempo, que ligam as hordas às grandes potências. O Estado Nacional constitui o resultado das soluções silenciosas e progressivas das questões que surgiram da convivência humana. Querer estabelecer o preciso momento e a melhor via em que se deram essas soluções, é buscar o inalcançável. Entretanto, a forma dessas soluções sempre foi a mesma: o pacto. Seja aquele resultante da imposição do mais poderoso e que, portanto, decorre da racionalização de desvantagens; seja aquele que advém da composição de vontades, e que, portanto, resulta da racionalização de vantagens. O pacto é, antes de tudo, um produto da razão. A linha que liga as hordas à sociedade atual - à civilização - é um contínuo de pactos, sendo, talvez, a mais visível expressão da razão. O Estado Nacional é a última estação dessa linha ininterrupta de acordos. Não a última, mas a última conhecida. Não definitiva, mas a última praticada. Conhecer o Estado Nacional é conhecer a história da razão e de seus pactos.

O entendimento de que o Estado Nacional resulta da razão é importantíssimo. O homem

em sua inteireza se defronta internamente com muitas dualidades. As mais importantes para a sua existência, são, em nossa opinião: o inconformismo versus a resignação e a razão versus a emoção. A resignação e a emoção nós conceituamos como formadores da intransigência, enquanto que consideramos o inconformismo e a razão como os estimuladores da conquista do universo, pelo gênero humano. Sintetizamos, assim, o processo. E esta síntese nos acompanhará, ao longo desta exposição.

A idéia de Estado resulta, portanto, da posição ordenadora do homem. Entretanto, esta posição ordenadora se processa por ondas sucessivas. Há ações que desencadeiam a desordem e há ações que restabelecem uma nova ordem, em um novo patamar. Ruptura e equilíbrio transitório, se alternam. Nada pode explicar melhor a marcha do processo da civilização, do que o aceite da teoria do retardo e das rupturas que nela estão consignadas e que resultam da ação ordenadora do homem, fruto de seu inconformismo. Ruptura processada segue-se uma nova ordem. Esta nova ordem é início de uma nova desordem. De certa forma, isto se expressa nas idéias contidas nos versos abaixo:

Pérsia era o centro, Grécia era a periferia.

Pérsia era culta, Grécia era bárbara. Veio o tempo;

Grécia era o centro, Roma era a periferia.

Grécia era culta, Roma era bárbara. Veio o tempo;

Roma era o centro, Bizâncio era a periferia.

Roma era culta, Bizâncio era bárbara. Veio o tempo;

Bizâncio era o centro, os árabes estavam na periferia.

Bizâncio era culta, os árabes eram bárbaros. Veio o tempo;

Os árabes estavam no centro, a Península Ibérica era a periferia.

Os árabes eram cultos, a Península Ibérica era bárbara. Veio o tempo;

A Península Ibérica era o centro, a Inglaterra era a periferia.

A Península Ibérica era culta, a Inglaterra era bárbara. Veio o tempo;

A Inglaterra era o centro, a América era a periferia.

A Inglaterra era culta, a América era bárbara. Veio o tempo;

A América é o centro. A América é culta. O tempo virá...

Estes versos, além de mostrarem o predomínio sempre transitório no processo de civilização, mostram, de forma inequívoca, a ruptura e o estabelecimento de uma nova ordem, sucessivas vezes, no decorrer deste processo.

A simplificação estabelecida permite ainda concluir que a dinâmica do processo de civilização, que aqui nomeamos como teoria do retardo, pode ser assim resumida: toda periferia busca o centro e toda a barbárie busca a cultura.

O centro exerce sobre a periferia dois papéis: o de repulsor e o de articulador. O centro não tem a dinâmica, que é atributo exclusivo da periferia. O centro deve ser sempre visto como um castelo sitiado.

O papel de repulsor do centro repousa na capacidade que desenvolve de repelir o que aqui serão nomeadas de forças de atração ou de avanço, e que resultam da busca do centro pela periferia. Dentre essas, podemos citar: a migração, o comércio, o fluxo de idéias, etc. Quanto mais bem sucedido for o centro na repulsão dessas forças, na transformação delas em forças centrífugas, maior sucesso poderá ter o centro em permanecer centro.

O papel de articulador do centro reside na capacidade que desenvolve de organizar as forças caóticas que existem na periferia, no sentido de compô-las, objetivando minimizar sua resultante, buscando uma soma zero, o que, em muito, pode, também, contribuir para seu papel de repulsor.

Já a cultura exerce sobre a barbárie dois outros papéis: o de atrator e o de organizador.

A função de atrator da cultura, algo imanente, é o que movimenta as sociedades, dá a dinâmica ao processo e provoca a atração da periferia para o centro. A função de organizador

tenta dar, à cultura, a capacidade de conduzir a barbárie de acordo com seus interesses.

A ruptura se processa quando a barbárie atinge o centro com força suficiente para se impor. Não se trata, portanto, de algo que resulte de um determinismo. Nem toda periferia está fadada a chegar ao centro, nem toda a barbárie está vocacionada para chegar à cultura. Trata-se de um fenômeno de natureza similar ao da fecundação. A busca não é a materialização. Assim como só o mais competente espermatozóide é que pode aspirar fecundar o óvulo, assim, também, só a mais competente barbárie é que pode aspirar provocar a ruptura. Não é a periferia que rompe o centro, é a barbárie mais competente.

De certa forma essas colocações recuperam a visão de Hegel em sua inteireza. Como o filósofo apresentou, a evolução histórica resulta da solução da tensão entre opostos, que se dá de forma repentina. Desaparecendo os opostos, desaparecia, na visão do filósofo, a tensão. Isto é óbvio se só existem duas partes. Poderia, então, ser a conclusão, de quem esteja trabalhando sob a ótica hegeliana, ao tratar da dualidade centro e periferia, ou da dualidade barbárie e cultura, que existiriam soluções na tensão entre esses opostos. Ao se tratar dessas dualidades as duas partes são múltiplas, o que garante a permanente tensão e conseqüentemente a imortalidade da história. Síntese feita, antítese colocada. Novo centro, nova periferia. Nova cultura, nova barbárie.

Todo processo social é movido pelo sonho. Após a queda do muro, um velho maniqueísmo recolheu-se. Aquele que começou vendo o mundo como um embate entre girondinos e jacobinos e acabou vendo-o como um embate entre Leste e Oeste. Pode-se discutir, agora, a questão central do processo de civilização, sem as pressões de hipóteses pré-estabelecidas. Hegel afirmava que a razão ou o espírito universal era a mola propulsora da história. Marx achava que não era esse ente espiritual o demiurgo das transformações e que Hegel havia posto as coisas de cabeça para baixo. Para Marx, as condições materiais de vida eram decisivas para o processo histórico. Desta forma, Marx dizia que não eram os pressupostos espirituais numa sociedade que levavam a modificações materiais, mas sim o oposto: as condições materiais é que determinavam, em última instância, as espirituais. Assim Marx parecia reduzir o sonho humano ao simples olhar econômico, pois só privilegiava a busca econômica como a única responsável pelas modificações em todos os outros setores e conseqüentemente pelo rumo da história. No entanto, a simplificação marxista poderia explicar as revoluções do seu tempo, o século XIX. Assim como a física newtoniana explicava parcela restrita dos fenômenos da natureza, aquela que se dá no exclusivo mundo da mecânica clássica, a visão marxista explicava as questões sociais do seu tempo, o tempo de transição da primeira e da segunda revolução industrial.

Cumpre, entretanto, recuperar Hegel. O sonho, fruto do espírito, é o impulsionador da história. E este sonho é muito mais claro e muito mais forte na periferia e na barbárie. O que Hegel colocava em sua filosofia era a permanente dinâmica. Existe uma dinâmica social. E a origem desta dinâmica é o sonho coletivo. Sonho que resulta e se processa no âmbito de uma sociedade. Diferentemente do que Marx havia colocado, o maior choque é o que se processa entre sociedades e não aquele que se dá dentro de uma sociedade. O maior dos choques é o que se dá entre o sonho coletivo de uma sociedade emergente e a intransigência, ou seja, tudo aquilo que se opõe à dinâmica social. Ou seja, aqui explicamos e sintetizamos: a intransigência nada mais é do que a ação do centro contra a periferia, da cultura contra a barbárie.

Outro ponto, muito importante, é o fato que o centro nem sempre é cultura, pois essa sempre só consegue preencher, plenamente, suas funções atratora e organizadora no centro, ou, melhor dizendo, quando a antiga periferia passa a ser um novo centro. Por isso o começo de um novo centro é sempre na barbárie. Por isso a cultura do antigo centro sempre é absorvida pelo novo centro.

Este choque entre periferia e centro, que é condição para o sucesso do processo de civilização, exige, do lado da barbárie, uma ação ordenadora para processar a ruptura. E essa ação ordenadora resulta dos pactos que se processam no âmbito das sociedades periféricas.

Resulta, hoje, dada a complexidade das questões postas, de acordos que só poderão se processar no âmbito do Estado Nacional.

Sintetizando, a periferia sonha e ao sonhar conduz o processo de civilização e a evolução histórica resulta da solução da tensão entre opostos.

O Estado Nacional moderno se explicita através de um projeto nacional. E um projeto nacional é a resultante última de uma ampla articulação que envolve meios e fins e que conjuga, como veremos adiante, na metodologia, a política nacional, a estratégia nacional e o poder nacional em um planejamento estratégico.

As Idéias e a Evolução Histórica Recente

A construção do projeto nacional, como é concebido atualmente, é algo que se processa no final do século XVIII. Até então, o projeto nacional, era algo implícito na ação dos reis e de certa forma constituía em parte expressiva do chamado direito divino dos reis. O projeto do antigo Estado Nacional era o projeto da casa reinante, algo que se explicitava através dos desígnios do rei.

Naquela época, o centro de avanço do processo da civilização estava dividido pelo Canal da Mancha. Estava dividido e estava rompido. Duas rupturas haviam se processado. A primeira na maneira de agir, na Inglaterra, pelo nascente processo de industrialização. A segunda, na França, na maneira de pensar, em decorrência do bafejar proporcionado pela prevalência das idéias sobre os dogmas. A primeira dessas rupturas é conhecida como revolução industrial e gerou o que, mais tarde, veio a se denominar sociedade industrial. A outra ruptura deu origem à revolução francesa e a derrubada do absolutismo, o que levou ao moderno estado nacional. A partir da revolução francesa a cidadania se colocou como um valor maior e, o projeto nacional deixou de ser o projeto da casa reinante e passou a ser o projeto da cidadania. A partir de então, o estado só se legitima, se cada cidadão ver no projeto de seu estado, no projeto nacional, o seu próprio projeto.

A periferia do processo de avanço da civilização, ao final do século XVIII, englobava toda a Europa Continental, excluída a França e os demais continentes.

Como se comportaram as nações que buscavam o centro? Como se comportaram os antigos retardatários, aqueles que tinham, além dos meados do século XIX, um amplo mercado interno e que buscavam viabilizar antigos Estados Nacionais estruturados? Como se posicionaram o Império Austro-Húngaro, a Rússia, a Alemanha, o Império Otomano, a Itália, os Estados Unidos e o Japão, que aqui nomearemos como os antigos retardatários? Em primeiro lugar, estabeleceram como seus principais objetivos ter um Estado Nacional moderno e criar uma sociedade industrial.

O entendimento do que vem a ser um Estado Nacional moderno e uma sociedade industrial é de extrema importância para essa exposição.

Entendemos como Estado Nacional moderno aquele em que a sua vontade é coincidente com a dos seus cidadãos e que tem como contraponto o antigo estado nacional, em que a vontade resultava exclusivamente da sua casa reinante, ou de sua elite dirigente.

Entendemos como sociedade industrial não, exclusivamente, criar um sistema industrial dentro das fronteiras de um território nacional, mas ir muito além dando condições da população, que habita aquele território, de participar dessa criação, usufruir dos bens que vierem a ser gerados nesse sistema.

Mas se os antigos Estados Nacionais estruturados, buscavam como política, criar um Estado Nacional moderno e uma sociedade industrial, necessitavam dotar-se, para atingir esses objetivos, de uma Estratégia Nacional, fruto de uma concepção estratégica de Estado e de uma vontade nacional. A título de ilustração, analisemos o comportamento desses retardatários:

O Império Austro-Húngaro buscou uma concepção estratégica muito limitada. Talvez em decorrência do seu processo de formação - que se deu pela assimilação, ao longo do século XVIII, de diversas nacionalidades, no centro europeu, sob um predomínio germânico - a

concepção estratégica austro-húngara resumia-se a uma formulação européia. A síntese dessa concepção seria o domínio dos Balcãs e o acesso crescente ao Mar Mediterrâneo. A diplomacia austro-húngara, ao final do século passado e ao início desse século, moveu-se claramente com esses objetivos. Entretanto, a questão das nacionalidades minou todas as tentativas feitas pela ação diplomática. Não se tornou possível criar-se uma única vontade nacional que respaldasse a ação diplomática. O Estado Nacional moderno, sem um projeto nacional mantido através de uma vontade nacional, não existe. O Império Austro-Húngaro não conseguiu ser um Estado Nacional moderno. Também não conseguiu ser uma sociedade industrial. Ao iniciar-se a Primeira Grande Guerra, a produção industrial do Império Austro-Húngaro era incipiente, se comparada com outros retardatários como a Alemanha ou o Japão, e excessivamente concentrada em áreas germanizadas, como a Áustria e os sudetos da Tchecoslováquia. Sem ter sido um Estado Nacional moderno, sem ter sido uma sociedade industrial vitimado em decorrência de não ter conseguido impor uma vontade nacional às suas nacionalidades, fruto, talvez, também, de sua limitada concepção estratégica, o Império Austro-Húngaro fragmentou-se com sua derrota na Primeira Grande Guerra e, de retardatário, passou a ser só parte de nossa história.

A Rússia contava com uma ampla visão estratégica. Buscava um domínio sobre a Europa e Ásia e daí o predomínio mundial. Para tanto, desdobrava-se sobre os Balcãs e expandia-se sobre o Extremo Oriente. A Rússia de todos os retardatários teve a trajetória mais conturbada. A idéia da criação de um Estado Nacional moderno nunca conquistou plenamente a elite dirigente russa no século XIX. Presos ao estado absolutista, que lhe proporcionava tantas vantagens, a aristocracia russa não via com bons olhos compartilhar seus ideais com o povo russo. A sociedade industrial como concebemos não era desejada como objetivo final. A industrialização era vista como um meio de instrumentalizar-se a concepção estratégica. Na época dos tzares, os meios eram os fins e os fins eram meios. A revolução bolchevique, antes de ser uma validação às teses marxistas de lutas de classes, é muito mais uma ruptura entre o povo russo e as suas elites dirigentes. É a resultante explícita das forças anímicas presentes na nação russa, fruto de sua história, desde a formação do Grão-Ducado de Moscou, assim como, também, o é o recente estilhaçar do estado soviético. Nada é mais definitivo, na defesa dessa posição, do que o comportamento do Estado soviético no decorrer da Segunda Grande Guerra. Ao longo de todo o conflito, o que se defendia não era o Estado Soviético, mas a velha Mãe Rússia. O Estado Soviético buscou criar uma sociedade industrial. Buscou criar um Estado Nacional moderno. Entretanto, o sistema econômico que adotou não lhe deu condições de dotar o povo russo de uma convincente vontade nacional. Sem vontade nacional, a busca ao centro transforma-se numa viagem no labirinto. E é isso que ainda está acontecendo, ainda hoje, com a sociedade russa.

A Alemanha, no início da segunda metade do século XIX, buscava, antes de tudo, se tornar um Estado Nacional. Para isto, contava com a Prússia que, antes de ser um Estado que contava com um exército, era um exército que contava com um Estado. A Prússia, após duas guerras, com a Áustria e com a França, pode reunificar os alemães e criar um grande Estado no centro da Europa. Este Estado, sob a égide de Bismarck, talvez tenha sido o que mais claramente tenha explicitado a busca pela criação de um Estado nacional moderno e de uma sociedade industrial. Sua concepção estratégica era clara: o domínio da Europa Continental, daí o domínio da Europa e Ásia e do Mundo. A educação deveria ser o suporte para a criação de uma vontade nacional. A Alemanha, na sua busca ao centro, envolveu o Mundo em duas guerras mundiais. Foi perdedora em ambas. Perdeu parcela de seu território em ambas. Mesmo assim, chegou ao centro, como veremos mais adiante. Qual o seu segredo?

O Império Otomano nunca conseguiu ter uma concepção estratégica. Ao longo de todo o século XIX, sofreu uma progressiva decadência. Sem ter estabelecido uma política que privilegiasse a montagem de um Estado Nacional moderno e uma sociedade industrial, o Império Otomano abdicou da busca do centro. Quando acordou, em 1908, era para ele muito tarde. A revolução dos jovens turcos, que estabelecia como política a busca daqueles objetivos veio tarde.

Logo veio a Primeira Guerra e, com ela, a partilha do Império Otomano. Sem política, sem ter, portanto, concepção estratégica, sem vontade nacional, o Império Otomano deixava de existir.

A Itália, a exemplo da Alemanha, também buscava, no início da segunda metade do século XIX, a sua constituição como nação. Conseguindo esse objetivo partiu a nação italiana para a busca ao centro. Buscava, também, a criação de uma sociedade industrial e de um Estado Nacional moderno. Muniu-se de concepção estratégica. Tendo sido sede do maior império da antiguidade, a Itália procurou reviver, no espaço, algo que o tempo não permitia. Procurou recriar a concepção estratégica de Roma. Dominar a Bacia do Mediterrâneo e, com esse domínio, dominar a Europa. Contudo, essa estratégia era neste momento inadequada. A concepção estratégica que há 2000 anos era definitiva, não se adequava à conjuntura do século XX. Espaço e Tempo será sempre a razão de tudo. A concepção estratégica italiana foi limitada. Sua vontade nacional não se explicitou e a Itália chega ao centro como coadjuvante, assim como o centro antigo, a Inglaterra e a França, de um ator maior, a Alemanha, na União Européia.

Os Estados Unidos tornam-se independentes no mesmo instante histórico em que se processa o rompimento no modo de agir, a revolução industrial, e na maneira de pensar, a revolução francesa. A busca desses novos paradigmas transformou-se no objetivo maior da sociedade americana. Desde sua independência, os Estados Unidos formularam uma concepção estratégica ampla. Esta concepção pode ser assim resumida: o domínio da massa territorial norte do hemisfério ocidental, ou seja, da América do Norte; não permitir que um país ou coligação de países do hemisfério ocidental ameace seu predomínio nesse continente; não permitir que um país conquiste a supremacia absoluta na Europa e Ásia; e, finalmente, ter o controle do tráfego marítimo no Atlântico Norte e no Pacífico. Ao lado dessa concepção, o Estado Nacional Americano tem procurado dotar a sociedade americana de vontade nacional. Ao longo de todo esse século, utilizando-se de propaganda e dos novos meios de comunicação, tem-se procurado incutir na sociedade americana valores que objetivam exclusivamente fortalecer a vontade nacional. Pela heterogeneidade ética, racial e religiosa do povo americano esses valores não emergiriam naturalmente. Ao término da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos atingiram os seus objetivos e se estabeleceram no centro.

O Japão, quando foi forçado a romper o seu isolamento, a partir do início do século XIX, defrontou-se com a necessidade de buscar o centro, pois a outra opção era a de ser mais um território do contencioso colonial do centro e dos antigos retardatários. As elites japonesas preferiram, entre a posição de colônia, que a Índia adquiria, e a posição de espaço a ser ocupado que a China estava se tornando, buscar um lugar entre os antigos retardatários. E, para isto, resolveram copiar o que de melhor havia no centro da época e nos seus possíveis companheiros de viagem. O seu maior paradigma foi, sem dúvida, a Alemanha “bismarckiana”, como demonstra a constituição que promulgaram em 1889. A busca da criação de uma sociedade industrial e de um Estado Nacional moderno já era princípios de ordenação na chamada Reforma Meiji, em 1867. O isolamento a que foram submetidos deu aos japoneses um extremo impulso à criação de uma vontade nacional. Contudo, sua concepção estratégica foi limitada e resumiu-se ao domínio das margens da Bacia do Pacífico.

Passados dois séculos das rupturas, no final do século XX, três desses retardatários disputam o centro: os Estados Unidos da América, a Alemanha e o Japão. Todos dotados de concepção estratégica, todos dotados de vontade nacional. Todos os três adeptos da doutrina do intervencionismo e do nacionalismo econômico. A economia, para eles, sempre foi vista como uma ferramenta a ser utilizada pelo estado na busca de uma concepção estratégica, ou como um elemento primordial para a formulação de sua política. Nunca foram liberais. O liberalismo econômico que hoje praticam, coaduna-se perfeitamente, com os postulados desta doutrina, como está perfeitamente sintetizado no trecho abaixo, do livro “Sistema Nacional de Economia”, do economista alemão List, escrito no início do século XIX:

“A história ensina que as nações podem e devem modificar seus sistemas de acordo com

o estágio de seu próprio progresso: no primeiro estágio, adotando o comércio com nações mais adiantadas como meio de saírem de um estado de barbárie; no segundo estágio, promovendo o crescimento das indústrias, pesca, navegação, adotando restrições ao comércio; e no último estágio, após atingir o mais alto grau de riqueza e poder, retornando ao princípio de comércio livre de maneira a que seus comerciantes e industriais possam ser preservados da benevolência e estimulados a conservar a supremacia que adquiriram”.(Conforme seu livro Sistema Nacional de Economia Política)

Concepção estratégica e vontade nacional são os ingredientes primordiais, como a história nos mostra, capazes de conduzir um Estado Nacional para o centro, capazes, portanto, de preencher os reclames, ainda atuais, de ser uma sociedade industrial e um Estado Nacional moderno.

De toda a análise, resulta claro que para se vencer o retardo é necessário: primeiro, ter claro que a solução das questões sociais de uma sociedade passa, obrigatoriamente, pela sua solução como sociedade industrial; segundo, que isto só é, modernamente, possível pela constituição dessa sociedade como nação; terceiro, que nação se constrói com um Estado Nacional moderno e com defesa dos interesses nacionais ou “razões de Estado” e que isto no campo econômico é protecionismo; e quarto, o que é extremamente importante, que cabe a esse Estado prover essa sociedade de uma concepção estratégica e de vontade nacional. Daí porque a relevância do tema.

Todavia, entre os dois últimos ingredientes, concepção estratégica e vontade nacional, a serem providos pelo Estado, existe uma clara hierarquia. É da concepção estratégica do Estado ou da Estratégia Nacional que se extrai parcela relevante dos dados capazes de criar e de manter uma vontade nacional. E concepção estratégica decorre primordialmente da forma como um Estado Nacional olha o mundo e nele busca se inserir

A regionalização, no mundo de hoje, é um processo com componentes bem mais marcantes do que aquilo que chamam de globalização. Entretanto, ele não tem merecido uma análise tão acurada como o fenômeno da globalização. Daremos aqui uma pequena contribuição ao tema, já que ele é muito importante nas nossas considerações, apresentando um aspecto relevante da regionalização, aquele vinculado à perda da soberania do Estado Nacional, em prol de uma figura nova, uma conjunção de Estados, como a União Européia, que, à falta de outro título, nomearemos de Megaestado. Contudo, não contestamos a importância do Estado Nacional com a idéia do Megaestado. Pelo contrário, a reforçamos.

Dois características, de acordo com Weber, a moeda e o monopólio legítimo do uso da força pelas forças armadas, estruturaram o Estado Nacional que aqui nomeamos como antigo Estado Nacional. O processo histórico conduzido pela Revolução Francesa agregou, em nossa opinião, duas outras novas características: a concepção estratégica do Estado e a vontade nacional completando as quatro características relevantes do moderno Estado Nacional.

Em tempo de regionalização, como demonstrado pela recém criada União Européia, surge uma nova figura que se coloca acima do Estado Nacional, o Megaestado, que não o dispensa, mas que obriga a sua concepção estratégica a se voltar para a solução federativa de forma a garantir sua própria sobrevivência, mas que continua exigindo as quatro já características apresentadas para o Estado Nacional para a sua consolidação.

A Intervenção e o Triângulo Indissolúvel

Cabe-nos, neste instante, discorrer como a periferia pode, ao início do século XXI, se contrapor à manutenção pretendida de hegemonia. Como já foi dito há uma dualidade primitiva: a do homem e da natureza. Quem conduz o processo? O homem ou a natureza?

Ao iniciar-se o século XIX, como já vimos, esta questão primitiva havia se transformado em uma dualidade mais elaborada e que opunha a ordem racional à lei natural. A ordem racional resultava, tanto da capacidade demonstrada pelos pensadores franceses, em especial em Descartes, de dar a natureza, com os números, uma descrição intelectualmente satisfatória, como

da posição presente na escola filosófica alemã, em especial em Hegel, de ver no homem, no seu espírito e na sua razão, o demiurgo da civilização e do progresso. Já de outro lado, se posicionava toda a formulação inglesa, algo que fundamentou a economia clássica e que se apoiava na impossibilidade humana, algo claramente representado no seguinte pressuposto, conhecido como lei natural.

Todavia, os Estados Nacionais modernos, por mais que possam vir a dizer o contrário, nunca abandonaram a possibilidade da estruturação. Nunca abandonaram a idéia que o mercado é algo que se estrutura. Nunca abandonaram a intervenção.

A intervenção sempre se processa submetida aos determinantes últimos de todos os processos humanos: ao espaço e ao tempo. Toda intervenção se estrutura em um determinado espaço e a um dado tempo. Toda intervenção, é uma ação em busca de um fim a ser atingido. E para o atingir temos de dispor de meios. Meios e fins são os instrumentos que estão presentes em toda intervenção.

A intervenção se processa de duas formas: a que justapõe o homem com a natureza e teve como mediação, primeiro o trabalho, depois, o trabalho e a ciência, e mais recentemente, o trabalho, a ciência e a informação; e a que nos interessa mais diretamente, a que relaciona o homem com o homem, que foi mediada pelo que veio a se denominar modernamente como estratégia.

Estratégia pode ser colocada como a mediação que se processa entre os homens, ou sociedades humanas, numa intervenção. Algo que se explicita dessa análise é que a estratégia é o pressuposto racional de uma intervenção que envolve uma ação coletiva. A intervenção sempre que envolveu uma ação coletiva sempre se processou seguindo uma das três modalidades de contato:

Cooperação - quando dois ou mais homens ou sociedades se unem em busca do mesmo objetivo;

Competição - quando dois ou mais homens ou sociedades buscam o mesmo objetivo, preservando, nessa busca, algumas regras acordadas;

Conflito - quando dois ou mais homens ou sociedades buscam o mesmo objetivo, não se prendendo a nenhuma regra previamente acordada.

Repetindo, a mediação que existe nas três modalidades de contato acima colocadas é a estratégia.

Estratégia, política e poder são vértices esquemáticos de um triângulo indissolúvel e são formas novas de se analisar uma intervenção, são formas novas de se organizar os meios e os fins, que, como vimos, são os instrumentos e objetivos últimos de toda a intervenção.

A política, no triângulo indissolúvel, estabelece o que fazer, qual o fim procurado, o poder, com o que fazer. com que meios se dispõe para se buscar o fim, e a estratégia, o como fazer, como se dispor dos meios para se atingir o fim. Com estes três ingredientes unidos e ajustados, isto é, com o triângulo indissolúvel processa-se a intervenção.

Numa armação mais definida do processo, assim se explicitam os três vértices do triângulo indissolúvel:

- *Estratégia é a arte de preparar e aplicar os meios para se conquistar e manter os objetivos pretendidos.*
- *Política é a arte de estabelecer objetivos ao se interpretar os interesses e aspirações, e de orientar a conquista e a preservação daqueles objetivos.*
- *Poder é a expressão e a conjunção integrada dos meios de que se dispõe para conquistar e manter os objetivos pretendidos.*

Voltando-se à idéia da intervenção, pode-se afirmar que sempre ela tem o seu melhor momento. Pode-se, muitas das vezes, se determinar este momento. Quando isto é possível, também é possível modificar-se o triângulo indissolúvel, particularmente, o seu vértice poder. Esta alteração pode ser conseguida pela transformação, ao longo do tempo, de algo fora do

triângulo, mas acessível, tido e chamado como potencial, em poder, ou seja, utilizando-se do tempo para apropriar-se de novos meios.

A idéia de intervenção se processa, portanto, sobre um espaço e num dado tempo. Na lógica da ordem racional a intervenção tem de ser planejada. Toda a intervenção em decorrência de ser uma ação consciente e racional tem de ser uma ação planejada, devendo resultar, portanto, de vontade e de conhecimento. Devendo resultar, portanto, de fé e de razão. Deste fato decorre a assertiva que planejar é uma atividade exclusivamente humana, já que, de todos os seres, os homens são os únicos dotados de fé e de razão.

O triângulo indissolúvel sempre se posiciona, também, no plano nacional articulando a política nacional, a estratégia nacional e o poder nacional. Neste plano, a política prende-se, sobretudo, nos fins a alcançar para o Estado Nacional; cuidando de interpretar aspirações e transformá-las em objetivos nacionais. Ela sempre tem de ir além, organizando o poder nacional criando meios e desenvolvendo-os, sempre, em benefício da comunidade nacional. A política nacional, ao interpretar as aspirações e interesses e ao transformá-los em objetivos nacionais, para a consecução ou manutenção, em determinado prazo, o faz mediante uma concepção política, que dita os rumos de uma concepção estratégica.

Política e Estratégia Nacionais

Já a estratégia, como vimos, preocupa-se, principalmente, com os meios que disporá para atingir os objetivos fixados pela política. Na dimensão nacional a estratégia preocupa-se, primordialmente, com os meios que disporá, para a consecução dos objetivos nacionais traçados pela política. Na verdade, a estratégia nacional cria a forma de traduzir a vontade política ao mesmo tempo que a busca impor. A estratégia nacional prepara o poder nacional, define opções, propõe a linha de ação mais favorável a ser seguida, considerando, para tanto, os recursos disponíveis, os esforços a serem realizados, as prioridades a serem adotadas, e os riscos a correr, pelo Estado, na implementação da decisão tomada.

A estratégia nacional vincula-se a política nacional pelos objetivos que esta estabelece e pelos riscos para atingi-los ou mantê-los. Todo estudo de estratégia nacional passa, obrigatoriamente, pelo estabelecimento de objetivos nacionais e por uma avaliação do potencial nacional e de sua possibilidade temporal de transformar-se em poder nacional. Houve, como já foi colocado, a partir das rupturas do final do século XVIII, uma colocação no plano nacional do fenômeno estratégico, uma extensão de seu conceito até a categoria de mediação, já que a estratégia, de uma postura exclusivamente militar, passou a envolver outras variáveis e começaram a se esboçar os limites entre a política e a estratégia e as relações entre elas e o poder.

Esta transformação conduz a configuração hodierna da política cujos estudos abrangem o nível teórico (filosófico e científico) e prático (técnica e arte) - ela, como “práxis” é entendida como arte de organizar e governar um estado e de dirigir suas ações, interna e externamente. A arte do estadista, o político realizado, é a mais complexa de todas as artes, definindo objetivos e orientando os destinos de um Estado Nacional - interna e externamente.

A política, como posta na visão “bismarckiana” da arte do possível, preocupa-se com os fins (objetivos), define os meios para buscá-los, promovendo a consecução ou a manutenção dos objetivos. A política nacional deve preocupar-se decisivamente com o bem comum da sociedade nacional e a sobrevivência do Estado Nacional, cuidando do poder e do seu fortalecimento.

A política nacional se incumbe, portanto, de interpretar a cidadania, seus interesses e suas aspirações, traduzindo-os em objetivos a serem conquistados ou mantidos em determinado prazo. Envolve, pois, um complexo de atividades que se traduz por uma concepção política, que se coloca pelos objetivos a serem perseguidos. Para o Estado Nacional, a política nacional cuida dos seus negócios, interpreta e formula os seus objetivos e organiza o poder nacional criando meios e os desenvolvendo em benefício da comunidade nacional.

Há, contudo, uma faixa de indefinição, entre estratégia nacional e política nacional.

Melhor dizendo, a política nacional e a estratégia nacional de vértices do triângulo, avançam e se articulam no lado do triângulo que os une, quando a política, a arte do estadista, assume-se estrategista, ao assinalar rumos, direção geral do esforço e metas, assim como a estratégia, arte do estrategista, assume-se estadista, quando aplica o poder.

Todo triângulo que conjugue poder, política e estratégia deve se explicitar, sob a ordem racional, em um planejamento. Assim, também, o triângulo deve se explicitar, em um plano nacional, em um planejamento nacional. A estratégia preocupa-se sempre com os meios. Ao apresentar, através da sistemática do planejamento, o que veremos na metodologia, a relação meios - obstáculos - fins estará sempre voltada para a ação decorrente da intervenção. Caberá, portanto, apresentar, ao tratarmos da metodologia, a concepção que fundamenta a atividade do planejamento nacional, o instrumento de trabalho sobre o qual deve se assentar este curso.

O Estado Nacional, ainda, é o mais importante ator no cenário internacional. Deve-se reconhecer, contudo, que, em décadas recentes, forças e tendências tem produzido uma série multacentrada de atores transnacionais, que se têm feito cada vez mais presente no mundo tradicional dos estados soberanos. Tem-se processado, portanto, deve-se reconhecer, em anos recentes, uma alteração no poder nacional.

Todo este esforço de apresentação do triângulo indissolúvel tem sentido, pois, ele estabelece no imaginário o sistema de idéias, que sustenta a intervenção, ou seja, em nosso caso, a cooperação sul-americana, e a forma racional de executá-la.

Poder

Cabe-nos discorrer mais sobre o poder. Poder se manifesta nas intervenções. Como já vimos, as intervenções se processam de duas formas: as que justapõem o homem com a natureza e as que se processam do homem com o homem.

O poder se expressa nas relações com a natureza pela capacidade do homem alterá-la para os seus desígnios. Neste caso, o poder decorre, como já foi dito, do trabalho, ou da ciência, ou da informação, ou, destes, de forma conjugada.

O poder se expressa na relação do homem com os demais seres racionais pela sua capacidade de influenciar o comportamento deles. Neste caso, o poder interage com a estratégia. Contudo, o poder sempre resulta, em última instância, da apropriação da natureza pelo homem, já que, o poder sempre resulta como foi dito do domínio relativo das variáveis últimas da natureza: o espaço e o tempo.

As relações de dominação estão sempre presentes quando há vida. Existe uma inclinação natural nos seres vivos para o domínio do meio que lhe cerca. Os animais predadores buscam, por exemplo, o domínio do território onde vivem. Esta inclinação, no gênero humano, se transforma em um perpétuo e consciente desejo de poder, que só cessa com a morte. Poder é algo humano, exclusivamente humano.

Quando estão presentes dois ou mais homens, ali existem relações de poder. O poder sobre outro ser racional se expressa nas relações sempre existentes de dominação e têm duas origens. material e espiritual. Material, quando se expressam pela força física própria ou de aliados, ou pelo domínio de meios naturais, tais como território e matéria prima. Espiritual, quando resulta de prestígio ou de carisma.

O poder tem sempre um desígnio. Este é o seu verificador. O poder está sempre associado ao seu objeto. Poder só tem sentido quando referenciado a quem e com respeito a que.

O poder se materializa através de um desejo imediato, logo, é um produto da vontade e é, sempre, exclusivamente, um meio para se atingir um determinado fim. Aqui está uma questão central para os cratólogos, os estudiosos do poder. Sem vontade não há poder.

O poder é algo totalmente diferente do potencial. Poder não é a capacidade de se fazer alguma coisa. Isto é potencial. Entretanto, a palavra poder é muito empregada para dar este sentido. Poder é o exercício do potencial. A capacidade, o potencial, não deve ser nunca confundido com o exercício da capacidade, o poder. O potencial necessita do sopro da vontade

para ter vida e ser poder. Entre eles existe o elo fundamental que caracteriza o poder: a vontade. Poder tem vida e esta vida está na vontade.

Existe, também, a visão do poder como um fim, como um objetivo, quando se busca manter, balancear ou aumentar o próprio poder. Neste caso, se poderia, erroneamente, afirmar que o poder resulta da razão. Na verdade, a busca ao poder é, exclusivamente, o objetivo de uma política. Portanto, é um fim buscado e como todo fim, buscado pela razão. Mas, ainda, neste caso, o poder também resulta da vontade, pois a sua materialização é fruto da vontade.

Poder, como sabemos, é fazer acontecer. A utilização do poder visa defender ou alcançar objetivos traçados pela política. Poder se manifesta nas intervenções. Como já vimos, as intervenções se processam de duas formas: as que justapõem o homem com a natureza e as que se processam do homem com o homem.

O poder é algo que se mede só quando é empregado. Entretanto, o crédito, de sua existência e de sua mensuração, é algo fundamental, pois também, gera poder. O que se acredita em termos de poder é algo muito importante.

Poder Nacional

Assim, também, se processa com o poder nacional. Entretanto, a meta aqui é de dar a este poder a característica de suporte à estratégia nacional.

Poder nacional é quase sempre ligado a capacidade militar, o que é até explicável pelo fato da guerra ser sempre a última e definitiva aplicação do poder. Apesar de vivermos em um mundo ameaçado pelo suicídio coletivo, decorrente da existência de artefatos nucleares, esta visão é cada vez mais desfocada. Poder nacional é o resultado de uma integração multidimensional de poderes. Um Estado Nacional pode parecer poderoso porque possui muitos ativos militares. Entretanto, esses ativos podem ser inadequados contra os inimigos potenciais ou podem não ser apropriados para a natureza do conflito. Repetindo, a questão ainda é a mesma: poder em relação a quem? E com respeito a que?

O poder nacional decorre, mais, hoje, de outros fatores, que já se faziam presentes, do que o poder militar. Nenhum poder nacional foi fruto exclusivo, no passado, de sua componente militar. E muito menos o será no futuro. Nenhum elemento sozinho é definidor de poder. Para exemplificar podemos citar que o tamanho do Brasil, a população da Índia, a indústria da Suécia, o exército da Suíça não dão a estes Estados Nacionais uma posição de primeiro plano na pirâmide mundial do poder. A idéia do poder nacional baseado em um único fator é sempre uma idéia errada.

Só para fins didáticos é que se consegue separar os elementos determinantes do poder nacional. Conjugados, eles constituem os meios que se dispõem para se atingir os objetivos nacionais pretendidos.

Poder nacional é algo relativo, não é absoluto. Nenhuma nação teve, tem ou terá poder absoluto. O poder é algo relativo e sempre correlacionado aos outros atores presentes na arena internacional. Dizer que os Estados Unidos são a nação mais poderosa da Terra é algo só possível de ser dito, porque está precedido de uma comparação de seu poder, com os demais poderes existentes.

Assim, como não se pode confundir potencial com poder, não se deve confundir potencial nacional com poder nacional. A capacidade de uma nação converter seu potencial nacional em poder nacional é algo, muitas das vezes, próximo do intangível e deve ser imaginada considerando-se a capacidade de condução do governo e as de unidade de propósitos da sociedade nacional. Na verdade, também, o poder nacional só pode ser avaliado no meio que lhe cerca.

Cabe-nos, finalmente, lembrar que o poder nacional de um estado A, em relação a um outro estado B, é a capacidade que A tem de influenciar B, de acordo com os seus interesses, a fazer algo, a continuar a fazer algo ou a não fazer algo. Os estados usam o poder nacional para alcançar seus objetivos nacionais. Um ponto extremamente importante na visão de poder

nacional é a idéia do poder de dissuasão, ou seja, a capacidade que o estado A tem de influenciar o estado B a não fazer algo. A capacidade de A influenciar B a não fazer algo, resulta do fato de que B percebe, não só porque A é capaz de preveni-lo neste sentido, como, também, é capaz de fazer ocorrer a prevenção colocada.

Cabe, finalmente, outra reflexão que se vincula ao tema da proposta do curso e diz respeito ao conceito de poder nacional. Para finalizar, lembramos que o poder é uno e indivisível, sendo perseguido, tanto pelos países desenvolvidos como, também, por todos aqueles países que acreditam na sua soberania e no seu desenvolvimento. Compartilhá-lo com outros poderes não lhe retira a unidade, nem o divide, só o fortalece.

Planejamento

A base da metodologia a ser praticada para a elaboração da proposta se apoiará, de início, em uma concepção do que é planejamento. Nesta concepção, o planejamento deve ser visto como a forma de se implementar o triângulo indissolúvel, de se projetar a intervenção. É deve ser visto como uma atividade permanente. É a aplicação da racionalidade, ao tratar um problema (o requerimento de toda intervenção), conforme abaixo exposto em Descartes, no seu Discurso ao Método:

“A primeira regra é não se aceitar como verdadeiro nada que não se reconheça claramente como tal; não se aceitar nada a não ser o que se apresente ao espírito de modo tão claro e distinto que não se permita duvidar;

A segunda regra é dividir um problema ou dificuldade em tantas partes quanto for possível;

A terceira regra é começar as reflexões nos objetos mais simples e fáceis de compreender e a partir daí, pouco a pouco, subir ao conhecimento dos mais complexos;

A quarta regra é fazer enumerações tão complexas e análises tão gerais que possam ter a certeza que nada foi omitido”.

Planejamento é uma atividade continuada e permanente que se desenvolve, de modo ordenado e racional, sistematizando um processo de tomada de decisão na solução de um problema. O planejamento humano sempre deve resultar de uma ação voluntária responsável. Na verdade, o planejamento se propõe a responder as seguintes questões:

O que fazer? Para que fazer? Como fazer? Quando fazer? Onde fazer? Com que meios fazer?

Todo planejamento envolve ações políticas e ações técnicas. A ação política corresponde a própria política no triângulo indissolúvel, ou seja, está fundamentalmente relacionada com a determinação das finalidades do esforço, enquanto que as ações técnicas do planejamento se vinculam ao poder e a estratégia no triângulo indissolúvel e visam principalmente os meios para a consecução dos fins. O planejamento pretende resolver da melhor maneira qualquer problema racionalizando a utilização das variáveis últimas em que atua, ou seja: o tempo, o espaço e os meios. Em síntese, planejar implica em: Analisar metas e objetivos postos no futuro; formular alternativas e prever resultados; decidir sucessivamente em diversas fases; e escolher ações a realizar em termos de tempo, espaço e meios.

O tempo é de fundamental importância em todo processo de planejamento. Ele se desdobra em um conceito que difere as soluções pelo curto, mais próximo no tempo, e pelo longo prazo. O tempo é um agente de ruptura da ordem conhecida. Pode vir a ser um agente de ruptura da ordem desejada. A tendência é muito mais um elemento do curto prazo, pois o pressuposto é de que o tempo faz crescer exponencialmente a possibilidade de ruptura, Assim como é um elemento que pode conspirar contra uma ordem projetada, o tempo também pode ser visto como um instrumento que facilita a construção de uma nova ordem pela capacidade que possui de articular processos.

O espaço também é extremamente relevante para o planejamento. É dele a determinação do problema e a sua delimitação. O espaço inclui algo que é primordial para o planejamento, ou seja, a determinação clara e precisa do com que se defronta, ou do que se pretende, ou do que se

precisa e onde se fará exercer o seu esforço.

Espaço e tempo são utilizados quando se define a amplitude do planejamento. Genericamente, planejamento em amplo espaço e de longo tempo é considerado estratégico, planejamento em espaço limitado de longo prazo ou de amplo espaço e de curto prazo é considerado tático, enquanto que, planejamento localizado de curto prazo é tido como operacional.

A questão do espaço se faz também presente quando se processa a cooperação entre diversos órgãos ou entidades para participar em um planejamento. Caso exista entre estes órgãos ou entidades uma interdependência, além da coordenação do planejamento, far-se-á necessária a integração das ações planejadas, isto é, o planejamento mediante ações integradas. A efetivação do planejamento, mediante ações integradas, deve ser encarada sobre dois aspectos:

i) a integração horizontal, quando o planejamento se processa entre órgãos ou entidades de mesmo nível, onde se faz necessário permanentemente a adoção ao longo de todo processo de decisões de acomodação; e

ii) a integração vertical, quando o planejamento se processa entre órgãos de diferente níveis, onde se faz necessário uma harmônica hierarquização encadeada do planejamento, e que conduz a sucessiva criação de pontos de referência, que sem cercear a iniciativa do órgão de nível inferior o obrigue a desenvolver suas atividades dentro dos limites impostos no quadro geral das decisões dos níveis superiores.

Alguns princípios gerais que orientam uma atividade de planejamento merecem ser destacados. Quais sejam:

Universalidade -- O planejamento deve abordar todos os aspectos do problema e prever, até onde seja possível, todas as suas conseqüências;

Unidade -- Todas as partes de um planejamento devem, reunidas, formar um único conjunto integrado;

Objetividade -- Todo o planejamento deve desenvolver-se sem perder de vista o objetivo que lhe deu origem e a realidade que o cerca;

Economia de meios -- Todo o planejamento deve perseguir além da eficácia a eficiência, isto é, deve preocupar-se em conseguir o máximo rendimento, através do emprego eficiente, racional e judicioso dos meios necessários e disponíveis;

Segurança -- Todo planejamento deve buscar a maior segurança possível pela utilização de informações objetivas que proporcionem o acompanhamento das condições internas e externas do que está sendo planejado;

Coordenação -- Todo planejamento objetiva a integração de todos que estão a ele vinculados;

Disciplina intelectual -- Todo o planejamento deve ser realizado em obediência à orientação e outras prescrições contidas em diretrizes superiores, assegurando fidelidade de propósito ao que está sendo planejado;

Flexibilidade -- Todo planejamento deve ser conduzido de forma a assegurar a flexibilidade necessária para atender às contingências.

Como o planejamento é um processo integrado, só didaticamente resolvemos descrevê-lo em termos de fases sucessivas de desdobramento. As fases mais características do método do planejamento são: - Exame da Situação, - Decisão, - Elaboração de Planos, - Desencadeamento da Ação Planejada, e - Supervisão e Controle da Ação Planejada.

A seguir faremos uma descrição de cada uma dessas fases:

Exame da Situação: O Exame de Situação envolve, necessariamente, uma análise e uma síntese. Este processamento baseia-se no pressuposto presente na assertiva da ordem racional de que o espírito humano, na sua análise para a solução de um problema caminha de uma síntese para outra, ou seja, trafega entre duas sínteses. A síntese original ou inicial está implícita ou contida nos propósitos políticos ou administrativos que motivaram o planejamento, seja no

contexto de uma diretriz, seja nos termos de uma missão ou tarefa. A análise pressupõe a aplicação sobre esta síntese inicial do método analítico de Descartes já sinteticamente apresentado. Ou seja, a análise permitirá ao planejador:

- Configurar a situação; e a
- Caracterizar e definir, em termos precisos e objetivos, a problemática no contexto de uma realidade;

Ao término do método analítico deve-se elaborar uma nova síntese com a escolha das alternativas, segundo seu próprio juízo, isto é, deve-se fazer predominar a capacidade de integrar. A análise pressupõe-se um desintegrar, uma visão pormenorizada do conjunto fragmentado de conhecimentos, de informações e de pontos de vista. A síntese cria e integra num todo essa visão e estabelece as linhas de ação, bem como procede a análise das conseqüências de suas implementações. Portanto, pertence a síntese duas ações:

- Criar e formular alternativas para a solução do(s) problema(s);
- Examinar as repercussões de cada uma das alternativas.

De posse da síntese formula-se um quadro sintético, onde se apresenta o resultado da criação e formulação de alternativas, ou linhas de ação, que solucionam o(s) problema(s). Estas linhas de ação devem responder as questões objeto do planejamento, quais sejam: O que fazer, para que fazer, como fazer, quando fazer, onde fazer, com que meios fazer. A formulação e a criação de alternativas exige o projeto no tempo, para o futuro, de processos, o que requer o estabelecimento, a partir do presente, das etapas principais a serem atingidas e das seqüências de ações a serem exercidas, para se alcançar os resultados desejados, em determinados prazos. As fontes mais usuais de linhas de ação são a experiência passada baseada no conhecido pressuposto da tentativa e erro. Entretanto, é no inusitado da primeira tentativa que muitas das vezes se encontra a solução.

Estabelecido o quadro sintético que contem as linhas de ação que solucionam o(s) problema(s), procede-se a análise de cada uma delas, a fim de que se tenha uma visão das suas vantagens e desvantagens. Esta análise requer a fixação de critérios que homoganeamente sejam aplicados em todas as alternativas. Estes critérios se vinculam a cada problemática, embora, geralmente, englobem utilização de recursos, prazos e efeitos. A análise dos efeitos é de extrema importância para o processo de planejamento, pois toda linha de ação implica em resultados outros, que não os vinculados a solução do(s) problema(s). Na fase da análise das alternativas, o ideal seria submeter cada alternativa a uma verificação prática, algo, na maioria das vezes, impraticável; o que leva a que se exercite testes ou verificações teóricas, na busca dos resultados de cada alternativa, no caso dela vir a ser adotada. O teste ou a verificação objetiva estudar as conseqüências e sempre leva a formulação de perguntas específicas, sobre os possíveis efeitos da ação. Aqui e só aqui pode vir a caber técnicas prospectivas de cenários. Ainda resta, após o estabelecimento desses efeitos, a necessidade de se apontar a relevância desses efeitos. A relevância é que estabelece a sua capacidade de influenciar na etapa que se segue, que é a seleção da linha de ação. Em síntese, o que importa no curso da análise das linhas de ação é avaliar, antecipadamente, os resultados prováveis de cada uma delas, caso venham a ser implementadas, de modo a que se tenha consciência, antes, das conseqüências e dos custos de cada alternativa.

Uma vez concluído a análise das alternativas deve-se proceder a escolha de uma delas. Esta é a finalidade de todo o estudo de situação. A escolha resulta, essencialmente, da comparação racional da linha de ação com os fins visados. Para isto muito influenciará as vantagens e as desvantagens de cada linha de ação alinhadas na análise, o que ressalta a importância dos critérios e dos elementos de julgamento estabelecidos, para se proceder esta análise. A tarefa de comparação entre linhas de ação muitas das vezes foge a critérios objetivos, como os quantitativos, ficando em plano subjetivo. Tem havido, recentemente, um grande esforço no sentido de se avançar teoricamente neste campo utilizando-se teorias matemáticas conhecidas como teoria dos jogos, cenários e simulações.

Apesar dos cuidados seguidos no processo, nunca haverá escolha, a “piori”, perfeita. Sempre existirão fatores restritivos que tolherão a certeza dessa perfeição. Entre eles podemos citar:

- Sociais - mudanças nos hábitos e costumes da sociedade;
- Climáticos - manifestações da natureza (chuvas, terremotos, etc);
- Oposição racional - competição e conflito com outros interessados;

Decisão: É a escolha em definitivo da linha de ação a ser seguida para que se possa dar prosseguimento ao processo de planejamento. A decisão envolve sempre a definição de uma responsabilidade funcional intransferível por todo o processo de planejamento.

Elaboração de Planos: Após a decisão deve-se desdobrar a alternativa escolhida elaborando esquemas completos de ação em todos os seus pormenores possíveis. É importante colocar que nem sempre será possível prever de forma pormenorizada todo o processo de desenrolar da ação. Em muitos casos só se poderá ir ao pormenor apenas as fases iniciais da ação e as fases finais estarão balizadas, exclusivamente, pelo fim desejado e por meros pontos de referência. Neste caso, conhecido como busca e perseguição, o plano resultante para as fases finais tomará as características de um esboço de plano, um plano apresentado em suas linhas mais gerais e que será progressivamente completado.

Ao longo da elaboração do plano novos problemas podem surgir. Cada detalhamento pode vir a exigir uma nova atividade de planejamento. Muitas das vezes se requererá a opinião de outros especialistas que não estavam envolvidos originalmente naquele planejamento. Caso isto ocorra ter-se-á necessidade de se tomar decisões complementares.

Um plano deve ser entendido como um conjunto sistematicamente ordenado de disposições e empreendimentos a que chegaram os planejadores como resultado de sua tentativa de alcançar os objetivos de um planejamento.

Um plano deve conter:

- Caracterização de seu objetivo;
- Caracterização da situação;
- Enunciação dos elementos decisórios que orientaram a elaboração do plano;
- Indicação das disposições, dos empreendimentos e das operações componentes;
- Determinação dos responsáveis pelas diversas disposições e pela execução dos diferentes empreendimentos e operações componentes;
- Indicação dos recursos disponíveis;
- Listagem das medidas de acompanhamento das operações e das ações corretivas;
- Prescrição quanto a segurança, prazos, medidas de coordenação, etc.

Desencadeamento da Ação Planejada: A implementação do plano será provocada em um primeiro momento pela expedição de documentos com força executiva para os órgãos destinados a executar as ações previstas no planejamento. Muitas das vezes a decisão pode levar a que o texto do próprio plano tenha a força de documento de execução.

Supervisão da Ação Planejada: Toda a ação planejada após ser desencadeada requer supervisão e controle. Como já foi dito nenhum planejamento é capaz de prever com certeza absoluta todos os eventos possíveis de ocorrer durante a execução. Além da existência em nosso atual nível de civilização de fatores fora de nosso controle, soma-se como elemento perturbador da ordem buscada no plano original, erros decorrentes de má avaliação de fatos ou circunstâncias, falhas, de apreciação ou julgamento, inerentes a nossa situação humana. A supervisão e o controle da ação planejada é o acompanhamento de todo o plano, a determinação de desvios de rumos e a sua correção. Portanto, esta fase do planejamento também deve ser prevista devendo constar do plano com os dados necessários para a verificação dos resultados previstos.

A utilização destes instrumentos para a discussão de quais são as melhores alternativas para a inserção do Brasil no mundo do século XXI é algo que abre um campo novo na discussão

do que será o Brasil e funda no meio acadêmico brasileiro um espaço para a criação de conhecimento vinculado aos conceitos genéricos de poder nacional, de estratégia nacional, de política nacional e de planejamento nacional.

Repetimos, a exemplo do exposto no modelo teórico acima, que existe um triângulo indissolúvel que liga o poder nacional à estratégia nacional e à política nacional.

O planejamento nacional segue os mesmos caminhos do planejamento e não deve ser confundido com o planejamento governamental, na medida que este necessariamente tem de estar subordinado aquele. Assim, também, o planejamento meganacional, o planejamento de um Megaestado, não deve ser confundido com um planejamento nacional.

(*) Palestra proferida em Luanda, Angola, em agosto de 2000, por ocasião dos eventos comemorativos do quarto aniversário da Fundação Eduardo dos Santos no âmbito do seminário que versou sob o tema “PLANEJAMENTO E GESTÃO, SUA INSERÇÃO CIENTÍFICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA.”

(**) O autor é engenheiro, funcionário do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), doutor em engenharia de produção pela COPPE/UFRJ, na área de Estratégia Nacional, professor convidado da COPPE e da Escola de Políticas Públicas e de Governo da UFRJ, membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos daquela Escola e Conselheiro do Conselho Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos(CEBRES) e membro do Conselho Editorial do jornal Monitor Mercantil.

BIBLIOGRAFIA

BERRY, B., 1969, “Review of B.M. Russet’s International Regions and the International System”, *Geographical Review* 59, 450-451.

CALLEO, D. P., 1982, *The Imperious Economy*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

CIPOLLA, CARLO, 1983, *História Econômica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Edições 70 Lda.

DESCARTES, René, 1986, --*Discurso sobre o Método* -, Hemus Editora Limitada

EARL, EDWARD, 1944, *Makers of Modern Strategy*, New York, Princeton.

FICHTE, 1940., *O Estado Comercial Fechado*, Paris, apostilha da tradução francesa.

FOUCAULT, M., 1980, *Power/ Knowledge* , New York, Parthenon Books.

FRIEDMAN, G. e LEBARD, M., 1991, *EUA X JAPÃO: Guerra à Vista*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

FUKUYAMA, FRANCIS, “The End of History ?”, *The National Interest*, number 16 (Summer 1989), pp 3-18.

FURET, FRANÇOIS, 1989, *Pensar a Revolução Francesa*, Lisboa, Edições 70 Lda.

GADDIS, JOHN LEWIS, 1982, *Strategies of Containment : A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy* New York , Oxford University Press.

GILPIN, R., 1987, *The Political Economy of International Relations*, Princeton, N.J., Princeton University Press.

GONÇALVES, REINALDO, 1994, *O Abre Alas A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará.

GRAMSCI, ANTONIO, 1995, *Concepção Dialética da História*, Editora Civilização Brasileira S.A.

HAGEN, EVERETT, E., 1972, *Economia do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Editora Atlas S.A.

HEGEL, G.W. F, 1986., *Introdução à Filosofia da História*, Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint

LANDES, DAVID S., 1994., *Prometeu Desacorrentado*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

LANDES, DAVID S., 1998, *Riqueza e a Pobreza das Nações*, Rio de Janeiro, Editora Campus.

LIPPMANN, WALTER, 1943, *U.S. Foreign Policy: Shield of the Republic*, Boston, Little,

Brown.

LIST, F., 1983, *Sistema Nacional de Economia Política, Coleção Os Economistas*, São Paulo, Abril Cultural.

LODGE, J., 1993, *The European Community and the Challenge of the Future*, London, Pinter.

MANUAL BÁSICO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA -- 1976 --EMFA.

MYRDA, Gunnar ,1976, -- *Subdesenvolvimento* – Brasília, Editora de Brasília.

MORGENTHAU, HANS J., 1951, *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*, New York, Knopf.

NIEBUHR, R. e HEIMERT A., 1963, *A Nation so Conceived*, New York, Charles Scriber's Sons.

NYE, J.S., JR., 1990, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, New York, Basic Books.

PORTER, Michael, E, 1989, -- *Estratégia Competitiva* --, Rio de Janeiro, Editora Campus.

SPYKMAN, NICHOLAS J., 1942, *America's Strategy in World politics: The United States and the Balance of Power*, New York, Harcourt, Brace.

STRANGE, S., 1988, *States and markets*, New York, Basil Blackwell.

TAYLOR, G.H., 1955, *Economics and Liberalism, Collected Papers*, Cambridge, Harvard University Press

TOURAINÉ, MARISOL, 1995, *Le Bouleversement du Monde Geopolitique du XXIe Siècle*, Paris, Editions du Seuil.